

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA QUATRO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE.** -----

----- **ATA NÚMERO NOVENTA E OITO** -----

----- Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello

Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, José Manuel Marques Casimiro, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Mário Branco, Pedro Miguel Tadeu Costa, José Roque Alexandre, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Rodolfo Knapic, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Rosa Maria Carvalho da Silva e Maria José Pinheiro Cruz.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

-----Hugo Alberto Cordeiro Lobo e Paula Inês Alves de Sousa Real. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florência Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte Albuquerque Carreira. -----

----- José António Borges (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Mário Branco.----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Mafalda Cambeta (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS – Presidente de Junta Freguesia de Benfica), renuncia ao mandato e ao cargo de Presidente de Junta de Freguesia de Benfica, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, sendo substituída pelo membro efetivo por inerência, Ricardo João de Oliveira Marques, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Benfica.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 27/2020, de 29 de janeiro de 2020, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: José António Cardoso Alves (PS-PJF de São Domingos de Benfica), Vasco Morgado (PSD-PJF de Santo António), Fábio Sousa (PCP-PJF de Carnide), Fernando Correia (PCP) e Natacha Amaro (PCP) à 93ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (58ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 3 de dezembro de 2019.-----

----- Justificar a falta da Deputada Municipal Paula Inês Alves de Sousa Real (PAN) à 94ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (59ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 10 de dezembro de 2019.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Fábio Sousa (PCP-PJF de Carnide) e Paula Inês Alves de Sousa Real (PAN) à 95ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (60ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 17 de dezembro de 2019.-----

----- Retirar a falta do Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP) à 95ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (60ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 17 de dezembro de 2019.-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal José António Cardoso Alves (PS-PJF de S. Domingos de Benfica) à 96ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (61ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 21 de janeiro de 2020.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 28/2020, de 4 de fevereiro de 2020, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: José António Cardoso Alves (PS-PJF de São Domingos de Benfica) e Natacha Amaro (PCP) à 97ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (62ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 28 de janeiro de 2020.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Miguel Gaspar, Ricardo Veludo e Mário Grilo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria da Assunção Cristas, João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro de Abreu Costa e Nuno Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde há quórum, eu peço a vossa atenção, peço para se sentarem porque vamos começar a sessão. -----

----- Portanto, vamos começar pelo período de intervenção do público, eu peço aos serviços que conduzam a Senhora Maria Manuela [REDACTED] para a sua intervenção. Exatamente, a Senhora Dona Maria Manuela intervém ali do lugar. Faz favor.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Manuela [REDACTED]**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa tarde a todos vós que vejo estarem presentes nesta Assembleia Municipal, mas é como se estivessem ausentes, porque psicologicamente começo a sentir-me um tanto cansada daqui vir, porque o que me espanta é porque eu nunca me cansei a trabalhar. -----*

----- *Saía do meu trabalho na função pública às 17h30 e às 18 horas entrava numa empresa para trabalhar como se fosse outro dia de trabalho, e agora que estou aposentada sinto-me confrontada e limitada no estacionamento do meu carro, que o carro é o melhor bem que eu tenho, são os meus pés, representam os meus pés, mas cujo estacionamento nos poucos lugares que existem para estacionamento de deficientes estar a ser condicionado a dias úteis e com horários geralmente até às dezoito horas, impedindo assim que os deficientes a partir desta hora não possam circular por não terem onde estacionar. É mais uma frustração a juntar à minha [REDACTED], esta medida à luz da razão é absolutamente injusta, digo mesmo absurda, despropositada, porque tira a acessibilidade a quem não a tem, e precisa de solidariedade e compreensão todos os dias e a todas as horas, e não esta discriminação sem lógica, nem critério de leis inteligentes, humanas e ponderadas com justiça, é do que precisamos. -----*

----- *Sei que o Excelentíssimo Senhor Presidente José Maximiano Leitão enviou um ofício no dia 6 de novembro passado ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Doutor Fernando Medina, mas nada mais soube sobre a receção e a resposta desse ofício. -----*

----- *Por isso me dizem: “não vale a pena”! -----*

----- *Mas eu continuo a vir, porque acho que a alma não é pequena. -----*

----- *E vir a esta Assembleia até tem aqui dois lugares para qualquer deficiente poder estacionar sem ter a placa acrescentada, a condicionar com dias úteis e horas como na Avenida de Roma já se pode estacionar até às vinte horas. -----*

----- *Recebi também uma carta do Excelentíssimo Deputado Municipal Senhor Miguel Santos e a sua Adjunta Excelentíssima Senhora Sofia Martins, que nada diz sobre o*

critério onde está o bom senso para que nos poucos lugares que existem para os deficientes poderem estacionar são geralmente até às dezoito horas, impedindo assim que os deficientes possam circular depois dessa hora por não encontrarem lugares onde possam estacionar. Esta carta não diz nada que eu não saiba, mas pode baralhar e confundir qualquer pessoa que não sendo deficiente pode estacionar, diz a carta, e os deficientes não podem porque não encontram os lugares para poderem estacionar. -----

----- Convido o Senhor Deputado a tomar conhecimento do que digo, e afirmo para ter a noção da realidade que me assiste. -----

----- Convido o Senhor Vereador Miguel Gaspar e a sua Adjunta Senhora Doutora Dona Sofia Martins, por exemplo a virem comigo ao Largo de Santa Bárbara, porque ali junto à Rua dos Anjos existem dois lugares seguidos e ambos para deficientes, mas só em dias úteis das nove às dezoito, e assim quando eu preciso de ajuda ao Núcleo de Apoio Local que abre a sua porta todos os dias a partir das vinte horas ou até cerca das vinte e uma horas eu não encontro onde estacionar e o que não acontecia! Quando esses lugares não tinham a dita placa a condicionar o irracional estacionamento, e agora a partir das dezoito horas são logo ocupados por carros de não deficientes. -----

----- Ainda ontem fui para lá às cinco horas da tarde, vejam bem, quando eu sabia que só ia ser atendida depois das oito, e ali fiquei dentro do carro sentada, amarrada, porque um agente diz que eu tenho que ter o cinto mesmo sem guiar, tenho que ter o cinto. Eu não sabia, eu só ponho o cinto quando começo a guiar, o carro está desligado, “tem que ter o cinto senão é multada, passo uma multa”. -----

----- “Aí não, não faça isso! Que a gasolina está muito cara! Enfim! -----

----- Eu continuo a pedir ajuda para este problema. -----

----- Agora houve o Ano Chinês na Alameda Afonso Henriques, que é ali pertinho de mim, fui lá não consegui ver nenhum espetáculo que ali se fez, não era dia útil, portanto, estava ocupado, e eu não tive lugar sequer para pôr o carro, vim pôr o carro à porta e fiquei em casa. -----

----- E é isto que eu quero que sintam, que tenham sensibilidade para verem que os deficientes são todos os dias, e às seis horas da tarde para mim é muito cedo! É como se fosse outro dia que vai começar até à meia-noite. Gosto de ir ao cinema, gosto de conviver, não estou isolada, vivo ████, preciso de todos e de tudo. -----

----- Peço ajuda! Eu preciso do carro para circular e depois para estacionar, não ponham essa placa, por favor! -----

----- Já foi retirada da Praça de Alvalade, muito obrigado. -----

----- Já posso ir à praça ao sábado ao Mercado de Alvalade. Já posso ir ao Lidl, estava lá até às seis e o Lidl está até às nove. -----

----- Portanto é preciso esses lugares, não são muitos, mas são precisos! -----

----- Muito obrigado.” -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Quando tiver resposta comunicarei. -----
----- Portanto, tem a palavra o Senhor Pedro ■■■ Martins.” -----
----- **O Município, Senhor Pedro ■■■ Martins**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito boa tarde a todos os presentes. -----
----- Saúdo a Mesa na figura do Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais. -----
----- E vim aqui falar sobre o tema a “Limitação do acesso a veículos à Baixa Lisboeta.” -----
----- Excelentíssimos Senhores. -----
----- As políticas adotadas por uma Autarquia devem ir ao encontro da vida e bem-estar dos seus munícipes e não da sua constrição e limitação. -----
----- No entanto a nova medida de limitação de acesso a veículos à Baixa Lisboeta fundamentada por um lado, no compromisso da redução das emissões de gases no centro da cidade, mas acompanhada, por outro, pela transformação progressiva de uma Lisboa virada para o turismo parece, pelo seu zelo excessivo, virar-se contra os próprios lisboetas que, por tal, deixarão de poder fazer a sua vida regular na Baixa, vida essa que, por seu turno, é o sustentáculo daquilo que sobra dos antigos e distintos negócios estabelecimentos e produtos da nossa capital. -----
----- Uma Baixa cada vez mais para turistas fortuitos e trabalhadores pendulares, um coração de uma capital vazada das suas gentes, da sua vida e, claro, do que dela, para além dos aspetos arquitectónicos, lhe é característico e único. -----
----- Com esta medida, não será então sustentável para os lisboetas virem em família à Baixa, por um lado devido aos custos que se tornam excessivos, por outro devido à logística que implica movimentar as famílias e acomodar as compras, por exemplo. ---
----- Eu que moro na Penha de França, a quatro ou a cinco quilómetros da Baixa terei de gastar cerca de dez a doze horas para vir tomar um café à Confeitaria Nacional, ao invés dos dois euros que eu costumo gastar para estacionar o meu carro. -----
----- Não conseguirei trazer a minha mulher e a minha família num táxi se eu tiver de realizar, por exemplo, as compras na Pollux, e a utilização dos transportes públicos que seria a alternativa não se afigura como solução, pelos mesmos motivos; gastos excessivos e a própria logística, algo a que se soma o funcionamento dos transportes que eu utilizo-os diariamente, e claro a incapacidade de dar uma resposta condigna aos fluxos diários de passageiros em horas de ponta. -----
----- Parece-me também que a obrigatoriedade dos abastecimentos dos negócios na Baixa que esta medida implica no período noturno carecem de uma falta de realismo, implicarão gastos excessivos para os comerciantes, mas os comerciantes que o digam! -----
----- Ou seja, os lisboetas vão na realidade ser prejudicados e limitados com esta medida e a questão é em prol do quê? -----
----- É que a meta de redução dos gases poluentes advindos de veículos automóveis apresenta um profundo desequilíbrio e um profundo antagonismo face ao

desenvolvimento da cidade de Lisboa, em particular relativamente à expansão e renovação do Terminal do Porto de Lisboa, que como se sabe tem vindo a albergar uma parte significativa dos navios de cruzeiros que circulam pela nossa costa, e que segundo dados da Associação Zero foram, penso que no ano 2018, oitenta e seis vezes superiores a toda a frota automóvel portuguesa. Oitenta e seis vezes!-----

----- Numa época de preocupações ambientais a autorização por parte das autoridades aeronáuticas para aumentar a capacidade aeroportuária de Lisboa de quarenta e quatro até setenta e dois movimentos por hora, também caminha no sentido diametralmente oposto desta medida.-----

----- Mas o resultado deste caminho atingirá então, estas linhas vermelhas, logo para mim são vermelhas aquando da implementação das medidas de limitação dos veículos na Baixa! Parece-me então inequívoco que os lisboetas vão ser restringidos do acesso ao coração da capital por motivos ambientais, ao mesmo tempo que o coração da capital abre a porta para uma quantidade de turistas que é brutal! Segundo dados do IPDT (Turismo e Consultoria) eram nove turistas para cada residente, em 2018, acompanhado claro, de uma poluição muito, mas muito mais nefasta do que aquela que é produzida pelos carros dos lisboetas.-----

----- E portanto, Excelentíssimos Senhores, não sei se está cá já o Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, gostaria pois que me respondessem à seguinte questão: -----

----- Qual é o impacto ambiental que os turistas, que se deslocam dos seus países para Lisboa, produzem?-----

----- Parece-me com números fidedignos relativamente a esta realidade poderemos chegar de forma correta e informada a uma importante conclusão, a de que afinal não são os lisboetas, mas o número excessivo de turistas que circulam em Lisboa que são ecologicamente insustentáveis, estima-se que cerca de cinco milhões de turistas estiveram em Lisboa no ano de 2018. -----

----- Excelentíssimos Senhores, dirijo-me por fim a todos vós para que então no âmbito das vossas competências possam rever esta medida, por uma Lisboa com turismo sim, ela está muito mais dinâmica, houve coisas que melhoraram, mas sobretudo uma Lisboa amiga dos seus munícipes.-----

----- Muito obrigado por toda a atenção que possam ter relativamente a este assunto.”-----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Muito obrigado.”-----

*----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Vamos entrar agora no Período do Dia-----

----- O primeiro ponto, queria comunicar o seguinte: a Deputada Municipal por inerência Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, renunciou o Mandato de Presidente de Junta de Freguesia de Benfica em 31 de Janeiro de 2020, tendo sido

substituída nos termos legais pelo cidadão, Ricardo João de Oliveira Marques, o qual tomou posse como Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, nesse mesmo dia tendo conseqüentemente sido convocado para a presente reunião da Assembleia Municipal.-----

----- Já verifiquei a respetiva identidade de legitimidade para os efeitos de início de funções como é o efetivo desta Assembleia, pelo o que deve agora proceder à assinatura do respetivo termo, portanto, penso que ninguém tem nada a dizer em contrário, portanto assim sendo, eu pedia aos serviços que levassem o termo ao novo Senhor Deputado Ricardo João de Oliveira Marques para que ele o assinasse, e portanto, naturalmente, as boas-vindas ao Senhor Deputado, naturalmente, manifestando, realmente, ao mesmo tempo pessoalmente toda a consideração pela anterior Deputada e anterior Presidente da Junta de Benfica Inês Drummond Gomes, cuja a presença nesta Assembleia enriqueceu muitas vezes com o seu contributo, portanto, vamos prosseguir”-----

----- **PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 86, DE 22.10.2019**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos entrar no ponto da aprovação de Ata 86 de 22 do outubro de 2019” -----

----- Vamos passar à votação **da Ata n.º 86**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho e Raul Santos. A **Ata n.º 86** foi **aprovada por unanimidade**-----

----- (Ausência dos Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro da Sala de Plenário) -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 86**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 86** (Sessão Extraordinária), realizada em vinte e dois de outubro dois mil e dezanove, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ricardo João de Oliveira Marques (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Henrique João Tavares Sá e Melo (PS), Mário Branco (PS), José Roque Alexandre (PS), Luís Duarte Carreira (PS), Rodolfo Knapic (PSD), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), Gonçalo Maria Moita (CDS-PP), Ana Páscoa Baptista (PCP), José Casimiro (BE), António Avelãs (IND) Patricia Gonçalves (IND). -----

----- **PONTO 2 - DEBATE DE ACTUALIDADE SOBRE O TEMA " SOLOS CONTAMINADOS NAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA FUNDAÇÃO CHAMPALIMAUD EM PEDROUÇOS", SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 49º DO REGIMENTO; GRELHA K- 60 MINUTOS;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- Vamos agora ao debate de atualidade, que é o Ponto número 2 desta Ordem de Trabalhos, sobre o tema “Solos contaminados nas obras de ampliação da Fundação Champalimaud em Pedrouços, que foi suscitado pelo Grupo Municipal do PEV.” ----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- “Os Verdes” decidiram marcar este debate de atualidade sobre solos contaminados nas obras de ampliação da Fundação Champalimaud, porque é importante saber, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, o que foi e o que está a ser feito.-----

----- Recuando ao dia 16 de janeiro, esta Assembleia promoveu uma audição pública mais genérica sobre a temática dos solos contaminados, através da Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida e por proposta do PEV. Acontece que a Câmara não esteve presente, apesar de ter responsabilidade nesta matéria, tendo ficado muitos aspetos por esclarecer.-----

----- Entendemos que este debate de atualidade , ao incidir sobre o caso específico nas obras de ampliação da Fundação Champalimaud, que é também a situação mais recente situação na cidade, permite contarmos com a presença e participação da Câmara Municipal de Lisboa, pois o Regimento assim o determina.-----

----- No final de 2019, a obra de ampliação do centro de investigação da Fundação Champalimaud foi suspensa pela CCDR-LVT, devido à existência de solos contaminados. Recorde-se que a Câmara declarou, em abril, a obra de interesse excecional para a cidade e, como é óbvio, não pomos em causa a importância do projeto, mas também não podemos fechar os olhos às preocupações que o Executivo deve ter nesta matéria.-----

----- Vamos por partes. A CDDR é a autoridade regional para os resíduos, a quem as empresas de construção ou os proprietários têm de pedir uma licença de operação de gestão de resíduos para a sua remoção e tratamento. Quer isto dizer que o alvará, que deve incluir um estudo geoambiental com análises aos solos, deve ser pedido antes do início das obras. E, segundo se sabe, isso não foi feito.-----

----- Só no decurso da obra foram realizadas análises que indicaram a contaminação por hidrocarbonetos, o que se poderá dever a uma bomba de gasolina que ali funcionou em tempos.-----

----- Mas a Câmara não está isenta de responsabilidades, porque cabe aos Serviços de Urbanismo fazer o controlo prévio e a fiscalização das operações urbanísticas.-----

----- Desde logo, o PDM determina, no Artigo 25.º, que é obrigatória uma avaliação da perigosidade nas áreas onde existiram atividades poluentes e, em situação de risco, é obrigatório um plano de descontaminação, antes de qualquer intervenção

urbanística.-----

----- E, do que se sabe, também isso não terá sido feito. Se lá funcionou uma atividade poluente e os solos estão contaminados, onde está essa avaliação e o plano de descontaminação?-----

----- Também o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação determina que a fiscalização administrativa das operações urbanísticas pelos serviços de urbanismo se destina a assegurar a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e a prevenir os perigos que possam resultar para a saúde e segurança das pessoas.-----

----- Inclusive, ainda no âmbito do exercício das competências de fiscalização urbanística, pode justificar-se um pedido de comprovação pela Câmara, até junto das autoridades ambientais, sobre a suficiência das medidas que estão a ser adotadas para efeito de descontaminação dos solos e da sua conformidade legal. Pelos vistos, isto também não terá sido feito. -----

----- Perante isto impõe-se saber:-----

----- Se a Autarquia procedeu à emissão do respetivo alvará de obras apenas depois de ter efetuado o pedido de comprovação, junto das autoridades ambientais, relativamente à perigosidade e contaminação dos solos, ou se o fez sem salvaguardar estas situações?-----

----- Em que data foram realizadas as análises aos solos na obra de ampliação da Fundação Champalimaud? E quais os resultados, no que diz respeito à tipologia, quantidade e concentração de poluentes? -----

----- Foram realizadas análises à qualidade do ar e às águas subterrâneas? Se sim, qual o resultado? E, caso não tenham sido efetuadas, qual a razão? -----

----- Mas há ainda outras questões. Em 2017, enquanto decorria a polémica por causa dos solos contaminados na obra do Hospital CUF Descobertas e do Campo das Cebolas, por proposta do PEV realizou-se um debate de atualidade de onde resultaram recomendações que continuam por concretizar, como a lista das obras em solos contaminados. A Câmara Municipal de Lisboa tem ou não essa informação? E por que nunca a recebemos? -----

----- Mas há mais. Portugal é dos poucos países da União Europeia sem legislação específica sobre solos contaminados e não dispõe do mapeamento de áreas contaminadas. Esta Lei está na gaveta desde 2016 e a Câmara, também resultado das recomendações aqui aprovadas, ficou de exigir ao Governo a sua publicação. O que foi feito, entretanto, nesse sentido e também para a constituição de uma comissão técnica para a gestão destas situações na cidade, tendo em conta que a cidade de Lisboa é particularmente afetada por este problema?-----

----- Estamos a falar de riscos para a saúde e o ambiente e, caso não haja rigor e transparência, nada nos garante que os solos contaminados não estão a ser tratados como inertes e, sem qualquer tratamento, usados em novas obras.-----

----- E, portanto, “Os Verdes” consideram fundamental que a Câmara nos esclareça sobre os procedimentos efetuados na obra da Fundação Champalimaud, porque a

Autarquia não pode fechar os olhos nem ser branda com estas situações.-----
----- Obrigada.”-----
----- (PowerPoint sobre “Solos Contaminados nas Obras de Ampliação da Fundação Champalimaud em Pedrouços”, da Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV) **Anexo I** que fica anexado à presente Ata e dela faz parte integrante). -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados boa tarde a todos e a todas.-----
----- Os factos que têm vindo a lume sobre esta matéria são, de facto, muito graves não podem passar em branco e não se podem repetir em Lisboa.-----
----- A Mota Engil sabia das obrigações legais que tinha para com a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e a Câmara Municipal de Lisboa e não as realizou para poupar dinheiro. O Conselho de Administração da Mota Engil que tem administradores famosos, como o Doutor Jorge Coelho obteve lucros de 24 milhões de euros em 2018, e esses lucros aparentemente não chegam, porque não teve qualquer problema em realizar ilegalidades para poupar quinhentos mil euros.-----
----- A questão é mesmo, mesmo muito grave, esta ação gananciosa pôs em risco os trabalhadores da Mota Engil, pôs em risco o ambiente e a saúde das populações de Lisboa, e de vários outros concelhos para onde foram enviados os solos potencialmente contaminados, e o pior é que a ação da Mota Engil, lança um clima de insegurança sobre as questões dos solos contaminados.-----
----- A CCDR embargou a obra é verdade, mas só o fez quando milhares de toneladas de solos exponencialmente contaminados já tinham sido distribuídos pelos concelhos do Seixal, de Oeiras e do Barreiro, e o que fez a Câmara Municipal de Lisboa? A Câmara garantiu cumprimento do PDM e a avaliação da perigosidade dos solos? Obrigou a um plano de descontaminação?-----
----- Reparem se o crime compensa, se pôs em perigo o ambiente e a saúde de quem vive em Lisboa, não tem qualquer verificação nem do Estado, nem da Câmara Municipal de Lisboa, então estamos todos em muito maus lençóis, até porque o problema dos solos contaminados não se põe só naquela área da cidade, põe-se também no Parque das Nações, no Braço de Prata, no Campo das Cebolas, aliás, não é a primeira vez que a questão dos solos contaminados é apreciada em Lisboa.-----
----- Em 2017 uma Moção aprovada em reunião de Câmara e uma Recomendação na Assembleia Municipal, aprovaram um relatório do Vereador Manuel Salgado sobre a matéria, três anos passaram e parece que não aprendemos nada, continua a não haver mapa de solos perigosos, continua a não haver Lei.-----

----- Senhores Vereadores, Senhor Presidente, já elogiamos aqui o galardão Capital Verde atribuída Lisboa este ano, e assinalámos como bom, o anúncio da redução dos carros na zona da Baixa, é um bom sinal vai no sentido certo e tudo isso está bem, mas há muito a fazer em política de mobilidade, há muito a fazer em política de ambiente, as questões do aeroporto, as questões da qualidade do ar e do ruído em várias zonas da cidade, as questões da neutralidade carbónica, mas também as questões dos solos contaminados não podem ficar para trás, e se a Câmara Municipal de Lisboa tem competência de fiscalização nestas ações é preciso perceber o que falhou para que não se repita.-----

----- Assim, queremos agradecer ao Partido Ecologista, “Os Verdes” por ter trazido esta matéria a debate hoje na Assembleia Municipal.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral.-----

----- Queremos antes de tudo agradecer ao PEV, o facto de trazer aqui este assunto mais uma vez, não o deixando cair no esquecimento.-----

----- O Grupo Municipal do PAN desde o início que tem acompanhado estas preocupações, e em setembro do ano passado, apresentámos mesmo uma Recomendação com a qual pretendíamos a criação de uma Comissão Municipal de Acompanhamento de Intervenções em Terrenos Suscetíveis de Contaminação.-----

----- Como já aqui foi lembrado em sede do outro debate, essa Recomendação tinha mesmo parecer da Zero no qual esta Associação afirmava, que a relevância da dita Comissão Municipal, estranhamente nessa altura, o PS foi contra a nossa Recomendação, que graças a outras forças políticas foi no final aprovada.-----

----- Pese embora o relatório obras suscetíveis de conter solos contaminados apresentado em março de 2017 pela Câmara, na sequência de uma Recomendação desta Assembleia, a verdade é que no concelho de Lisboa continuamos à espera de que sejam analisados e avaliados os riscos existentes, para que seja possível a sua adequada regularização.-----

----- A aquilo que nos foi trazida esta semana, mais uma notícia em que neste caso existe um embargo de uma obra na Fundação Champalimaud, faz-nos pensar que a Recomendação que foi aprovada para a criação de uma Comissão Permanente da parte do Município, possa fazer o acompanhamento destas questões é totalmente relevante e cada vez mais necessária.-----

----- Achamos que é urgente que o Município possa debruçar sobre esta questão, criar a dita Comissão, para que estas coisas possam ser acompanhadas de forma sistemática e não andemos sempre, digamos, aos solavancos da comunicação social, cada vez que se descobre que há um solo contaminado, que há uma obra que é embargada.-----

----- Existem muitas zonas de Lisboa que são potencialmente suscetíveis de ter solos contaminados e, portanto, era bom que realmente esta Comissão fosse para a frente, lhe seja dada a competência para poder fazer esse acompanhamento e muitas obras como temos agora aqui a Feira Popular que teve décadas, com uma atividade onde pode haver mais ou menos contaminação, porque existe sempre, não sabemos o estado dos solos em muitas grandes obras, e era altura da Câmara realmente poder tomar conta deste assunto, e poder descansar os municípios e toda a população.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Deputados e Deputadas, Vereadores, Vereadoras, Público, Comunicação, boa tarde.-----

----- Obrigado ao Partido “Os Verdes” por voltar a trazer a esta Assembleia um problema bastante grave, e gostava de pensar que este problema não voltaria aqui novamente, no mesmo nível de resolução em que está.-----

----- Estamos perante um problema que ainda não se conhece toda a sua magnitude, assim como muitos dos fatores de risco que advém.-----

----- Estamos perante fatores de risco químico, com metais pesados que não são pelos vistos levados muito em conta em quem os manuseia, com pesadas consequências na saúde, estamos perante fatores de risco cancerígenos, fatores de risco químicos ou outros que possam entrar na cadeia alimentar, com patologias a nível respiratório, renal, hepático, cerebrais, entre outros, são situações que não podemos escamotear, tendo, por exemplo, em curto prazo os trabalhadores que estão junto destas funções e destes trabalhos a manusear solos mal classificados e, portanto, desconhecendo inclusive os riscos que correm.-----

----- Podemos-nos lembrar, por exemplo, não só aqueles que estão próximos, mas também a longas distâncias de uma fibra de amianto que entre numa água de consumo, poderá vir a causar problemas graves a logo prazo que podem ser de 20 anos, só para ver a gravidade deste problemas e são problemas fatais.-----

----- No rasto desta situação, deixamos aqui uma questão.-----

----- Existem muitos solos, muitas áreas industriais que foram desmanteladas, não estão ainda classificadas como tal, consideramos que continuam a existir uma falta da atribuição de responsabilidades em todo o processo dos solos contaminados, continua

a haver a falta de mapeamento das áreas, a falta de responsabilidade na remoção dos solos e na deslocação dos mesmos para zonas muitas vezes desconhecidas, como já aqui foi dito, ou outras que não estão preparadas para os receber.-----

----- Mas além disto, existem ainda uma outra situação, é na atribuição da responsabilidade dos custos do processo de descontaminação, não está definido e tem que ser também esclarecido.-----

----- E deixámos então a questão.-----

----- Para onde foram, por exemplo, colocados os calços de travões com amianto, que foram utilizados, fabricados até 1993, porque só nesta data é que houve uma diretiva a proibir o amianto, no entanto os carros continuavam com os calços com amianto, onde foram colocadas esses milhares e milhares de toneladas de calços, que depois em fim de vida, eram retirados dos carros?-----

----- É muito importante que isto tenha uma resposta.-----

----- E perante esta situação, mais uma vez gostava de pensar que, daqui a um tempo se este problema aqui voltar, ele traga soluções, e traga responsabilidades atribuídas a quem as tem.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada anúncio o tempo, um minuto e trinta e seis segundos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

----- Debateremos esta tarde, um tema que nos deve preocupar a todos e, acima de tudo nos deve unir na procura de uma solução consensual sobre os solos contaminados, no concelho de Lisboa.-----

----- Uma vez mais na história recente da nossa Cidade é apenas graças à realização de obras, no caso na ampliação da Fundação Champalimaud, que ficámos a saber de suspeita de existirem solos contaminados, neste caso, o sinal de alerta vem de uma zona de fronteira do concelho em Pedrouços, tudo indica que o foco de contaminação estará numa antiga bomba de combustível que ali existiu, uma vez que as análises realizadas indicaram contaminação por hidrocarbonetos.-----

----- A herança do passado industrial em Lisboa parece-nos ter algum peso, e acima de tudo ter algum grau de preocupação pelo que deixou escondido nos solos da capital. --

----- Curiosamente, foi também em outra zona de fronteira do concelho de Lisboa mas desta feita na zona Norte na Expo, nas obras do Hospital da CUF Descobertas, que

foram detetados também solos contaminados, na altura, e estamos a falar de 2017, num movimento organizado os moradores no Parque das Nações queixaram-se de um forte cheiro a químicos proveniente das obras de construção de um novo parque de estacionamento subterrâneo, com a insistência da sua organização e com o apoio da Junta de Freguesia, conseguiram que fosse criada uma Comissão que juntava: a Agência Portuguesa do Ambiente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR), a Direção-Geral de Saúde, o Agrupamento dos Centros de Saúde, a Inspeção-Geral da Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e o Serviço Municipal de Proteção Civil. --

----- Este grupo ficou responsável de elaborar recomendações ao nível do licenciamento do acompanhamento e da execução, fiscalização e inspeção de futuras obras e respetivo enquadramento legal, com o objetivo único e último de vir a criar um documento orientador, ou seja o que se pretendia era estabelecer uma estratégia concertada para que se tomassem medidas de gestão do risco e monitorização dos solos contaminados em Lisboa.-----

----- Mas perguntamos nós, o que aconteceu?-----

----- Pelos vistos, nada!-----

----- Parece-nos que continuamos a persistir no mesmo erro, nada a fazer.-----

----- As obras avançam e só quando começam a surgir cheiros ou outras evidências é que algo é feito, existe, portanto, uma necessidade de atuação e acima de tudo de prevenção, e identificação que não está a ser levada a cabo por quem detém competência direta nestes casos, se não vejamos o caso presente de obra entre Pedrouços.-----

----- Após a suspeitas de solo contaminado e confirmação do mesmo, a CCDR efetuou uma inspeção e suspendeu no início deste ano, as obras, os solos contaminados foram encaminhados para Cirver na Chamusca, que terá recebido 700 toneladas de solos contaminados, mas já antes tinham sido distribuídos resíduos por outras localizações, muito provavelmente, sem grandes preocupações com a possibilidade de estarem ou não contaminados.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, em causa temos existência ou não de solos contaminados na cidade e concelho de Lisboa está afinal, no fundo o papel ativo da Autarquia e da CCDR, acima de tudo, compete à Comissão de Coordenação Regional, segundo o Regime Geral da Gestão de Resíduos, emitir às empresas de construção aos proprietários, a licença de operação de gestão de resíduos para a sua remoção e tratamento, de forma a caracterizar a tipologia, a quantidade e a concentração de poluentes, sempre que se suspeite de contaminação, e não nos devemos esquecer de que deve ser pedido no início das obras, um estudo geoambiental com análises aos solos, será que foi neste caso? Será que foi analisado devidamente? Ficam as questões. -----

----- Olhamos agora para as responsabilidades e para o papel da Câmara Municipal de Lisboa nestes processos.-----

----- Compete à Autarquia aquando do licenciamento da operação urbanística verificar o cumprimento do artigo 25º do PDM de Lisboa, para o efeito deve ser verificado o

solo através de avaliação da perigosidade quando haja indícios e, acima de tudo os Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal possuem a competência de controlo prévio e de fiscalização das operações urbanísticas, por forma a garantir que todas as disposições legais que estão a ser cumpridas.-----

----- Questionamos se neste caso concreto isto terá sido assim, e se numa avaliação mais aprofundada não se chegará a conclusão de que houve falhas? Mas as falhas essas também, começam muitas vezes na própria Legislação.-----

----- Estamos a debater uma matéria que em Portugal acaba por estar dispersa por vários instrumentos legislativos, como é o caso do Regime Geral de Gestão de Resíduos, o Regime das Emissões Industriais, o Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais ou o Regime de Avaliação dos Impactos Ambientais, uma dispersão destas dificulta e limita a sua aplicação.-----

----- Em Portugal nem sequer estão afixados os limites para os elementos potencialmente tóxicos em solos de áreas residenciais e industriais, está ainda em falta a definição de quais são os procedimentos para a avaliação de risco para o ambiente e saúde humanas, nesta área e de quais os critérios para a remediação de solos contaminados.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o legislador demora atuar e a legislar é tempo de em Lisboa, se pôr mãos à obra e uma vez que a caixa de Pandora foi aberta, o Grupo Municipal do PPM anuncia agora a entrega para a próxima Sessão Ordinária de uma Recomendação, para a criação de uma base da cidade onde estejam assinalados os solos contaminados e todas as possibilidades de haver terrenos em perigosidade.-----

----- Esta base deve ser apresentada em forma de Carta dos Solos de Lisboa, deve ser criada inicialmente com informações da Câmara, da CCDR e da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) enquanto entidades conhecedoras, licenciadoras e fiscalizadoras, desta forma será possível haver um crucial e necessário cruzamento de dados por forma a criar uma efetiva Carta de Solos Contaminados em Lisboa.-----

----- A sua consulta deve ser pública, estando acessível no Portal da Câmara, com referênciação do mapa interativo da cidade dos locais, onde foi detetada existência de solos contaminados e o seu status atual, disponibilizando igualmente informação ao público sobre os processos de descontaminação em curso, para que todos saibam onde estão a ser efetuadas movimentações de solos, assim qualquer pessoa ou empresa, que queira comprar ou construir em Lisboa saberá a localização dos solos contaminados e onde suspeitam que possam estar outros.-----

----- Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Gama do PS”. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores.-----
----- A preocupação com o uso dos solos, nomeadamente, nas operações urbanísticas não é preocupação de um único partido, diria que é uma preocupação de todos, pela mesma ordem de grandeza, a preocupação com o ambiente é também uma preocupação que todos temos que ter e que certamente todos temos.-----
----- Os solos assunto em debate são um recurso precioso, a sua contaminação representam um perigo para a saúde pública e para o ambiente, é neste contexto que devemos efetuar o enquadramento e verificar o que tem sido feito pela Autarquia para garantir que um dos seus bens mais preciosos se mantém em condições de poder ser usufruído, e contribuir para o desenvolvimento e bem-estar.-----
----- Convém referir que a contaminação dos solos não é o único risco que devemos analisar na gestão de espaço público e no seu desenho, razão pela qual a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou o Programa de Monitorização e Intervenção contra Riscos Antrópicos e Naturais do Município de Lisboa, na reunião de Câmara de 25 de maio de 2017.-----
----- Estes riscos tanto podem ser naturais, cheias, tsunamis, incêndios, como podem resultar da ação humana natureza, grupo no qual a nossa temática se insere.-----
----- Voltando ao enquadramento.-----
----- A Agência Portuguesa do Ambiente é a Autoridade Nacional para a Gestão dos Resíduos, nomeadamente, assegurando e acompanhando a execução da estratégia nacional para os resíduos, mediante o exercício de competências próprias de licenciamento da emissão de normas técnicas, aplicáveis a operações de gestão de resíduos, do desempenho de tarefas e acompanhamento de atividade gestão de resíduos, bem como de uniformização dos procedimentos de licenciamento.-----
----- As operações de descontaminação do solo estão sujeitos a licenciamento para o qual são competentes nos termos do artigos 24º do citado Decreto-Lei, as autoridades regionais dos resíduos, ou seja as Comissões de Coordenação Regional competentes para o efeito.-----
----- Também para execução de uma obra é da responsabilidade do promotor e do técnico que assume a sua elaboração, através de termo de responsabilidade o plano de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição, onde devem ser anunciados todos os perigos que possam resultar desta obra, nomeadamente, escavações, por exemplo, com solos que eventualmente possam estar contaminados.--
----- Mesmo não competindo aos Municípios a Câmara Municipal de Lisboa, através de revisão do PDM de 2012, implementou uma norma sobre descontaminação de solos no seu artigo 25º já aqui muito enunciado, e que determina grosso modo o seguinte:-----
----- Nas áreas onde tendo, em consideração atividades poluentes pré-existentes, possam haver indícios que os solos ficam contaminados com substâncias de riscos é

obrigatório proceder a uma avaliação de uma respetiva perigosidade, por outro lado, em caso de comprovada situação de risco é obrigatória a elaboração e execução de um plano de descontaminação nos solos e reposição da salubridade a qual deverá, obviamente, anteceder qualquer intervenção urbanística.-----

----- Convém também dizer que este artigo 25º é obviamente, ou remete sempre para a Legislação nacional a qual essa sim, tem obrigação de abranger estes assuntos.-----

----- Em 2017, foi constituída uma Comissão Técnica com elementos da Agência Portuguesa do Ambiente, da APA, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa, da Direção Geral de Saúde e da Câmara Municipal de Lisboa, para o acompanhamento da obra de expansão do Hospital CUF Descobertas no Parque das Nações, dado que se verificou naquela altura que poderia não estar a ser cumprida a Legislação em vigor em matéria de gestão de solos contaminados.-----

----- No seguimento das recomendações desta Comissão, e do trabalho elaborado no decurso da realização do Programa de Monitorização Intervenção contra Riscos Antrópicos e Naturais no Município de Lisboa, foi solicitada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa, em 2018, a sua colaboração, tendo em vista a realização de um estudo com os seguintes resultados:-----

----- Primeiro, elaboração de uma Carta de Risco de Contaminação em função da perigosidade potencial e da vulnerabilidade do meio geológico, por exemplo, maior probabilidade, tipo aluviões, validar por outro lado, validar e avaliar as áreas de risco potencial, como, por exemplo, funções industriais, entidades com o código atividade comercial que possam remeter para esse risco potencial e, por fim, definir procedimentos a adotar em caso de pedidos de licenciamento de obras no âmbito de operação urbanística.-----

----- Verificamos, portanto, de facto que a Câmara Municipal de Lisboa tem realizado um vasto trabalho contínuo, sequencial, estruturado na identificação dos vários riscos aos quais a cidade está exposta, não apenas destes em particular, e no desenho de mecanismos que os permitam a sua mitigação, seja nos planos, seja nos licenciamentos.-----

----- Por fim, deixo aqui uma questão para a Câmara, que acho que é importante que seja respondida, que é que a Câmara nos elucide sobre o caminho que tem seguido, e se tem prevista alguma alteração ao Regime de Licenciamento, por forma a garantir que intervenções em locais com solos potencialmente contaminados de acordo com o estudo elaborado pela Universidade Nova de Lisboa, se esses projetos poderão vir a ter uma atenção mais pormenorizada e, portanto, será instruído algo novo mecanismo de licenciamento.-----

----- Disse!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhores e Senhoras Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Eu gostava de começar por saudar os Senhores Vereadores, os Senhores e Senhoras Vereadores do PSD e do CDS, pelo respeito continuo que tem demonstrado nesta casa, diria mesmo que o Vereador João Pedro Costa e a Vereadora Assunção Cristas já têm mais presenças aqui, do que tem o Senhor Presidente da Câmara, isto é um sinal claro também do respeito a presença em número claramente superior àquele que, enfim, nos deveria ser brindado pelo Executivo Municipal também, ele um indicador desse mesmo sentimento de respeito.-----

----- Falar sobre este tema é inevitavelmente procurar centrar a discussão e evitar aqueles alarmismos que no final do dia resultam em desinformação, a discussão à volta dos solos contaminados tem incidido sobretudo naquela que é a contaminação direta no âmbito de qualquer infraestrutura existente ou de própria obra, e tem sido aliás, visível nas várias intervenções que aqui se têm feito, alguma, eu diria que de certa forma não prestar a devida relevância a algo que é determinante nesta Lisboa Cidade das Sete Colinas, Cidade à beira rio plantada, Cidade rica em sistemas aquíferos.-----

----- Destacar relativamente, à questão do confinamento, o que mais nos devia preocupar também, deveria ser identificar a tipologia dos aquíferos livres ou freáticos, que são aqueles estão tradicionalmente mais suscetíveis à contaminação, influenciando assim de forma decisiva a contaminação dos solos da cidade, e esta é uma matéria que para nós é da maior relevância porquê? Porque inevitavelmente, independentemente de as obras que se possam fazer na localização A, B ou C, os sistemas que debaixo de todos nós circulam e que transportam as próprias águas contaminadas, alargam os processos de contaminação muito para além do confinamento de qualquer obra que tenha sido feita, ou de qualquer equipamento que esteja atualmente instalado e que esteja também ele a ser foco de poluição.-----

----- E esta é uma reflexão que queremos partilhar porque é algo que, de facto, nos parece particularmente evidente, não ter sido devidamente referenciado aqui pelos vários partidos e é algo que consideramos fundamental.-----

----- No âmbito da reflexão que temos que ajudar a promover, reiterando aqui que ainda assim esta não é uma competência específica do Município de Lisboa, é uma competência que transcende a dimensão de capacidade de atuação do Município de Lisboa, diria mesmo que, no limite era algo que poderia vir num pacote de descentralização, sem, no entanto, esconder o facto de que não é possível tratar esta dinâmica, independentemente de Municípios, é algo que é inevitavelmente transversal a uma dimensão geográfica que ultrapassa e que não conhece, aliás, quais queres fronteiras administrativas importa, no entanto, ressaltar e destacar que, no entanto, parece particularmente evidente que esta atenção e esta reflexão, seja também tido em conta como este sendo um elemento determinante, porque é através dos lençóis

freáticos que a contaminação dos solos também se tende a propagar, para além, das dimensões que se pretendem ter numa, eu diria visão também, ela muito casuística daquela intervenção local ou no âmbito de qualquer obra.-----

----- Quero com isto dizer que poderá ser particularmente simples e, às vezes, quando se procuram culpados, tentar de alguma forma, fazer uma restrição àquela zona de intervenção, dizendo está aqui o culpado, apresente-se a justificação e temos que a seguir agir no limite com penalizações, mas a verdade é que isso é “*enfiar a cabeça na areia*” e não compreender que este aspeto não tem uma dinâmica estritamente local, não se resolve apenas fiscalizando a obra A, B ou C, é algo que resulta inevitavelmente de uma reflexão mais profunda, e quando eu digo mais profunda também, o digo no sentido literal, temos que ir encontrar estes lençóis, identificá-los de forma clara, e compreender como é que estas circulações inevitavelmente podem contribuir de forma, eu diria mesmo imensurável para a contaminação dos solos na cidade de Lisboa.-----

----- Por isso, este seria aquele que pensamos ser um contributo importante que o PSD pretende trazer para esta reflexão, não podemos olhar para a contaminação dos solos de forma isolada, não é exclusivamente o local A, B ou C.-----

----- A reflexão que tem que ser feita, e a avaliação que tem que ser feita, prende-se inevitavelmente com os sistemas aquíferos, que predominam nesta nossa cidade e que condicionam significativamente, até o próprio modelo que queiramos implementar de análise contaminação dos solos.-----

----- Termino, com esta partilha que, no âmbito não só do urbanismo, mas também no âmbito do planeamento e de gestão do território, que este elemento, seja um elemento preponderante, porque ele é um elemento determinante na avaliação dessa mesma contaminação.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Caros Colegas, Excelentíssimo Senhores Vereadores, os poucos que aqui estão, especialmente do Executivo camarário socialista.-----

----- O MPT gostaria de saudar o PEV antes de mais por esta iniciativa e fazer deste tema um debate da atualidade, no seguimento da Audição Pública, do passado dia 16 janeiro, intitulada, “*Solos contaminados prevenção da contaminação e remediação dos solos*”, onde foi possível perceber que, de facto, este é um problema que carece de debate e de mais esclarecimento.-----

----- Mas, acima de tudo ficou bem patente que a gestão dos solos contaminados,

carece de um plano, de uma intervenção preventiva, de uma fiscalização mais ativa, enfim, em suma em Portugal esta matéria carece de Legislação e, acima de tudo de vontade política.-----

----- No início deste milénio, o Parlamento Europeu declarou a necessidade urgente de regular o uso do solo e avaliar, e mitigar o impacto das ações externas, e há inúmera Legislação, recomendações, debates no Parlamento Europeu, todos podem consultar se assim o desejarem.-----

----- Não é por falta de debate e de recomendações e deliberações no Parlamento Europeu, que elas sejam desconhecidas, e que não possam sequer vir aqui a ser debatidas, tanto a nível municipal como a nível nacional.-----

----- Em 2016 decorreu uma consulta pública sobre uma proposta de Legislação para a prevenção da contaminação e de remediação dos solos, denominada, pró-solos, previa, por exemplo, a identificação e a responsabilização das entidades que estão na origem das situações de contaminação dos solos, através de um sistema de controlo da venda de terrenos potencialmente contaminados, reduzindo assim a necessidade do Estado ter de intervir para remediar situações de poluição provocadas por terceiros.---

----- Todos sabemos que o processo de consulta publica foi altamente proveitoso, uma vez que a proposta foi melhorada e permitiu de acordo com o relatório elaborado pela APA incluir, por exemplo, a articulação entre as exigências para as empresas e as já existentes noutras legislações com as de licenciamento ambiental e do regulamento emissões industriais.-----

----- Caros Colegas, a proposta que exigiu muito trabalho e recursos do Ministério do Ambiente e que, após a consulta pública, resultou inclusivamente numa formulação simples que evitou um aumento desmesurado de medidas a adotar na prevenção da contaminação dos solos, sem atenuar a responsabilidade das empresas nesta matéria permanece até hoje na gaveta socialista sem uma previsão de quando virá a ver a luz do dia.-----

----- Caros colegas, chegamos agora à conclusão inevitável de que a gestão dos solos, nomeadamente, a prevenção da sua contaminação em medidas de remediação solos contaminados não podem continuar a serem ignorados pela CML e muito menos pelo Governo do país, não se trata de um capricho, é um problema de saúde pública que sem regulamentação eficaz e uma forte fiscalização pode, por exemplo, disseminar-se para outros locais distantes da localização original, aumentando a área de impacto e o número de pessoas afetadas pelas contaminantes.-----

----- A verdade é que sem uma Legislação eficaz, os solos contaminados não identificados ou mal classificados, podem ser retirados e depois aplicados noutros locais sem qualquer preparação prévia, tal como indicam as denúncias referidas pela Doutora Clara Garcia, presente na Audição Pública de dia 16 do mês passado, em representação da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, que acompanhou o processo da obra do Hospital da CUF Descobertas no Parque das Nações, e cuja a audição, uma vez mais o Executivo camarário primou pela ausência.-

---- E é por tudo isto que debates como os de hoje são, e os do passado dia 16 de janeiro são extremamente importantes, e que gostaríamos que tivesse a presença do

Executivo camarário.-----
----- Uma vez mais reafirmar, e são importantes para que os cidadãos possam saber que os assuntos essenciais para a cidade e dos lisboetas não são esquecidos, que enquanto seus representantes Eleitos estamos atentos aos problemas da nossa cidade e lutaremos pela sua resolução, mas são importantes também para que o Governo saiba que todos nós estamos atentos e que não deixaremos cair no esquecimento estas matérias, principalmente quando há muito trabalho já feito no sentido de regular esta situação, que há uma proposta de Lei deliberadamente escondida nos corredores do Ministério do Ambiente, que existe vasta Legislação Europeia, enquanto os cidadãos do nosso país continuam a ser expostos a um perigo invisível sem que ninguém seja responsabilizado.-----
----- Senhor Presidente, termino, exortando o Executivo camarário e o Governo de Portugal a cumprirem escrupulosamente com a Lei, e a porem de parte interesses particulares em prol do interesse coletivo que é de todos nós cidadãos.-----
----- Caros colegas, não podemos continuar a aceitar a eternização da transposição da Legislação Europeia para o ordenamento jurídico português, nem as constantes manobras dilatórias e da ocultação a que infelizmente, nas questões ambientais já nos vamos habituando neste país.-----
----- Já no caso concreto de Lisboa, cumpre perguntar ao Executivo camarário, como é que é possível que em Lisboa, Capital que este ano foi galardoada com o Prémio Lisboa Capital Verde 2020, continuamos a verificar um pouco por todo lado a situações como aqui agora debatemos, a contaminação dos solos em Lisboa.-----
----- E por último, gostaria de saber porque é que o Senhor Vereador Sá Fernandes e o Senhor Vereador Ricardo Veludo, principais responsáveis pelos Pelouros do Ambiente e do Urbanismo não nos deram a honra da sua presença.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “O Senhor Vereador Ricardo Veludo está presente.-----
----- Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, Independente.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “O Senhor Deputado goza de um minuto.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito boa tarde.-----
----- A contaminação de solos é preocupante tanto pelos seus efeitos ambientais como na saúde pública e por isso também agradecemos ao PEV o pedido deste debate.-----
----- A informação sobre o caso das obras da Fundação Champalimaud é escassa, e por isso urge que a Câmara Municipal possa esclarecer e descansar os munícipes.-----

----- Tinha a Câmara conhecimento desta situação? Que medidas estão a ser tomadas para minimizar os efeitos? -----

----- E que medidas pensa a Câmara Municipal pôr em marcha para evitar a repetição desta situação?-----

----- Aproveitamos este assunto para relembrar que é urgente, consideramos que é urgente a atualização da Legislação desta área, desde a Legislação nacional, que tem lacunas graves, e se encontra bastante dispersa por várias Leis, até à própria aprovação finalmente, da Diretiva-Quadro dos Solos na União Europeia, que está bloqueada no Conselho desde 2006.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, que tem dois minutos e meio.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Colegas e restante Público.-----

----- Já no outro dia, o afirmámos e agradecemos o PEV ter trazido esta matéria, e é evidente também, as várias recomendações que ao longo do tempo foram efetuadas.--

----- Num ano da Capital Verde é evidente que eu acho, que a Câmara tem aqui um desafio que pode operacionalizar uma matéria que do Plano Diretor de 94 onde existiam ainda atividades industriais, e depois que se percebeu que não havia já apetência para essa procura, nós temos no Plano de 2012 já não haver atividades industriais e, quando um plano é colocado isso, há de facto, um desafio da transformação desse solo, e do solo onde havia pré-existências de poluição e contaminação, e o artigo 25 já foi citado aqui é muito claro, ele diz “que a fazer um plano de descontaminação, mas também fazer uma reposição da salubridade antes da intervenção urbanística”, e nós temos planos como a Matinha e outros planos aprovados em áreas onde a descontaminação não foi efetuada previamente, e não foi avaliado o preço dessa descontaminação.-----

----- Portanto, deixaria aqui aos dois Pelouros, Ambiente e ao Pelouro do Urbanismo verificar nas OPS onde existe descontaminações, efetuar contas e perceber-se que efetivamente esta mais-valia de transformações de solos contaminados e de solos que previamente eram industriais, vão ter que ser pagos pelo promotor, e por quem compra os terrenos e quem os transforma, e não as entidades públicas, e claro articular com as entidades públicas, e o papel que a CCDR deve ter também na questão desta transformação de intervenção urbanística antes, que os solos que são um bem escasso, estejam transformados para com qualidade de vida e de ambiente.-----

----- Efetivamente, um solo que não está ainda preparado, ele passa para urbanizar sem previamente, ter toda a cadeia da transformação do mesmo, penso que é um grande desafio neste ano da Capital Verde, podemos ter um bom trabalho e um trabalho que seja claro também, para os promotores e para o imobiliário, nas áreas onde vão construir.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Raúl Santos, Independente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem um minuto e meio, porque há mais dois Senhores Deputados Independentes que dão o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raúl Santos (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Vereadores, Caros Colegas, restante Público presente.-----

----- É relativamente fácil adivinhar onde existem solos contaminados em Lisboa.-----

----- Mas é difícil crer que não se esperava encontrar contaminação no local das obras, até porque se conhecia bem o seu uso anterior.-----

----- Num Mundo ideal e mais responsável, quando surpresas destas acontecem, usa-se a oportunidade para demonstrar responsabilização e celeridade no apuramento dos factos envolvidos e ainda mais na sua resolução e prevenção.-----

----- É que o que está em causa é demasiado importante e já ultrapassou Lisboa, dado que os solos retirados foram depositados noutros Concelhos.-----

----- Que este debate da atualidade tenha consequências e que essas sejam a admissão por parte do Município e de todos os agentes envolvidos, da necessidade de rapidamente dispormos de uma carta atualizada com o mapeamento dos locais potencial e comprovadamente contaminados em Lisboa.-----

----- Já aqui se disse uma vez que tudo foi dito, agora temos que fazer!-----

----- Termino, recordando um tema que já aqui trouxe, refiro-me à contaminação do leite do Tejo e com a qual nos vamos inevitavelmente encontrar aquando do início da construção da Cidade da Água.-----

----- E não me venham dizer que é um assunto que só diz respeito a Almada, porque todos, mesmo sem sabermos, nos alimentamos do Tejo.-----

----- O princípio da prevenção não pode nem deve ser ignorado pelos políticos.”-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra

anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da
palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigada.-----
----- Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores
Deputados.-----
----- O PDM de Lisboa no seu artigo n.º 25 prevê que, no âmbito das operações
urbanísticas sejam realizadas avaliações da perigosidade dos solos abrangidos, quanto
age às atividades poluentes pré-existentes é possível prever, quais é que são as zonas
da cidade, onde é mais provável encontrar solos poluentes.-----
----- O RGEU, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, também, contém várias
disposições neste sentido, designadamente no título 3, chamado, “condições especiais
relativas a salubridade das edificações e dos terrenos de construção”, nos artigos 53 e
55, e os órgãos municipais têm competências de controlo prévio e fiscalização das
operações urbanísticas, tal como estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e
Edificação, número 2 do artigo 93.-----
----- Portanto, que é que isto quer dizer, no capítulo jurídico, as coisas não estão mal,
as coisas estão previstas, o que tem havido é um esforço de concentração na parte de
fiscalização e na parte contraordenacional, e menos do que nós CDS consideramos
que deveria haver na parte da prevenção, e quanto a isso, nós consideramos que o que
tem a ver com o tratamento das situações de solos contaminados ou potencialmente
contaminados, devia acontecer era uma burocratização ao contrário do que nós
costumamos vir aqui assim até pedir desburocratização em certos casos, desta vez, o
que nós consideramos é que o processo burocrático torna as relações entre o promotor
e a Câmara impessoais, já não interessa, se é um grande grupo económico, ou se é um
pequeno promotor, não interessa se é o Grupo Mello, se é o Grupo Champalimaud
não interessa.-----
----- Há um processo burocrático e há o estabelecimento e a tipificação de
procedimentos, ora, isto até torna as coisas mais rápidas, porque alivia bastantes
arbitrariedades que possam surgir no caminho.-----
----- Como o CDS já pediu, e até o PEV também já pediu, de resto, queremos começar
por agradecer ao PEV ter trazido este assunto e muito bem instruído como veio, ali o
lado da esquerda depois está mais preocupado em saber quem é que tem lucros, nós
não estamos muito incomodados com isso, nós queremos saber é quem é que resolve e
como é que se resolve, e como é que se previnem os casos de problemas ambientais
de saúde pública, isso é o que nos preocupa, e dessa maneira não nos interessa se é o
promotor A ou o promotor B.-----
----- Já pedimos aqui, o PEV também, e foi aprovado de resto por unanimidade, o
mapeamento das zonas da cidade que têm solos potencialmente contaminados.-----
----- Foi aprovado por unanimidade, mas até agora não apareceu esse mapeamento, e
nós até achamos que deviam ser estabelecidas manchas, sabe-se onde é que estes
sítios estão, porque é onde houve atividades industriais, e é onde houve pequenas

atividades comerciais, como bombas de gasolina ou oficinas de automóveis, isso não é difícil de saber, o que é difícil para nós particulares, para nós não neste momento, mas para os particulares e que a Câmara pode e deve fazer é reunir esta informação toda, transformá-la em manchas de potencial contaminação de solos, e podia integrá-las nas plantas de condicionantes que são obrigatoriamente integradas nos pedidos de licenciamento.-----

----- Desta maneira, havia procedimentos que passavam a estar ali listados e que toda a gente sabia que tinha que cumprir.-----

----- Estamos muito mais concentrados na parte da prevenção, porque as atividades punitivas e persecutórias são pouco o estilo do CDS. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Eu pergunto ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, se quer usar da palavra que está a representar a Câmara, aproveito para dizer isso, quem usa da palavra é o Senhor Vereador Ricardo Veludo, faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Muito obrigado, ao PEV pela oportunidade do debate, e que aliás, o questionamento que é feito à Câmara Municipal sobre se cumpriu ou não cumpriu. com a disposição do artigo n.º 25 do PDM é uma singularidade, é que provavelmente, é o único Município da República Portuguesa que tem uma disposição, que vai “*avant la lettre*” da Lei, e que estabelece mecanismos cautelares para poder determinar em sede de licenciamento urbanístico a obrigatoriedade de se mandar fazer um estudo, e um plano de descontaminação de solos, se e quando, existirem indícios de que há contaminação do solo, ou que houve uma utilização daquele solo preexistente, que levava a considerar que era altamente provável possa haver um problema de contaminação de solos.-----

----- Sucede, e indo por partes agora em relação ao caso da Fundação Champalimaud esta operação urbanística é antecedida por um pedido de informação prévia, que foi sujeito a discussão pública, teve parecer favorável da Administração do Porto de Lisboa, da APA e da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e esta operação urbanística devem os Senhores Deputados ter presente que ocorre numa área sob jurisdição da Administração do Porto e, de facto, a Câmara Municipal não tinha conhecimento da existência de um posto de abastecimento de combustíveis, tanto quanto sabemos agora estava associada a atividades de natureza portuária e que apenas a própria Administração do Porto de Lisboa poderia ter sinalizado nesse âmbito.-----

----- E portanto, tendo havido um debate público sobre este PIP (Pedido de Informação Prévia), qualquer cidadão da República, ou qualquer entidade que tivesse conhecimento da operação podia ter suscitado essa questão, matéria que não é do meu

conhecimento que tenha sido suscitada por alguém.-----

----- Ainda assim, os Serviços de Urbanismo da Câmara nas informações que produziram, relativamente, ao licenciamento urbanístico citaram para essas informações e a título cautelar a remissão para o artigo n.º 25 do PDM, lembrando ao dono da obra que caso encontra-se indícios, devia proceder, digamos, à recolha de análise e à apresentação de um plano de descontaminação, que nos termos da Lei é competência da CCDR licenciar nos termos também previstos com acompanhamento da APA.-----

----- Portanto, isto para dizer que em resposta ao requerimento do PEV, no que diz respeito a esta operação a resposta é não, a Câmara Municipal de Lisboa não tinha conhecimento, isso nem surgiu no debate público, nem nos pareceres que foram emitidos que havia ali atividade pré-existente que indiciasse a possibilidade de haver contaminação de solo e, por isso não condicionou previamente a aprovação do projeto e das especialidades o plano de descontaminação.-----

----- Acontece ainda, que já depois do licenciamento da escavação a 14 de dezembro de 2019, foi desenvolvido uma ação de fiscalização municipal ao local e não foram identificados indícios nessa data.-----

----- Portanto, a CCDR e APA acabam por intervir na sequência de queixas de denúncias em que há um cheiro característico dos hidrocarbonetos, e que vai despoletar um conjunto de ações e que levam, digamos, a suspensão dos trabalhos.---

----- A informação que temos, neste momento, atualizada através de contacto telefónico para as autoridades competentes, revela que ainda não existem resultados das análises entretanto, efetuadas aos solos e, portanto, não estamos em condições de partilhar com a Assembleia essa informação, porque não dispomos dela.-----

----- Bom, relativamente, às questões mais de fundo eu gostaria de informar a Assembleia do seguinte:-----

----- A Câmara Municipal conforme já foi referido, encomendou uma série de estudos sobre riscos naturais e antrópicos, e relativamente, à contaminação do solo, nós temos aqui uma situação que é importante, que é, nós não podemos fazer um mapeamento de riscos quando não há sondagens, não há análises, tirando os terrenos que foram previamente de utilização indústria e que houve petroquímica, houve depósitos de combustíveis, arsenais de armamento, cemitérios, hospitais, atividades deste género, e que portanto, quando estamos na vizinhança deste tipo de localizações, os Serviços de Urbanismo exigem essas análises, e o plano, tirando essa situação aquilo que nós temos feito neste momento, que é um trabalho desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa em colaboração com os Serviços Municipais da Câmara, o Departamento de Ambiente, é o mapeamento das atividades económicas, cujo o código da atividade económica pode incluir a utilização ou a produção de resíduos.-----

----- A sua produção ou utilização de resíduos não determina que exista contaminação, porque se eles forem devidamente manuseados ou se tiver tudo embalado, portanto, uma drogaria que venda determinado tipo de produtos aparece referenciada nessa carta.-----

----- Portanto, nós ainda não temos a versão final desse estudo, mas a intenção da

Câmara é que com base nas recomendações que venham nesse estudo, possa vir a trazer uma proposta a esta Assembleia, para se alterar o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa de forma a introduzir, ao abrigo do princípio da precaução, a obrigatoriedade de se fazer uma análise sempre que haja uma obra, que tenha escavação e que com base num resultado negativo ela avança, se o resultado for positivo, então é acionado a disposição do artigo 25 não estando apenas condicionada para quando há um indício apriorístico.-----

----- Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Portanto, para encerrar o debate tem a palavra o PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Reforçando o que referimos na intervenção inicial, “Os Verdes” marcaram este debate porque o que se está e o que se tem vindo a passar em Lisboa, no que diz respeito aos solos contaminados, é preocupante.-----

----- E por isso mesmo, era importante ouvir os esclarecimentos da Câmara Municipal de Lisboa, que tem responsabilidades nesta matéria. Bem sabemos que a APA é a autoridade nacional para os resíduos, assim como a CCDR é a autoridade regional para os resíduos, e que tem obviamente, responsabilidades diretas nesta matéria, mas a Câmara tem responsabilidades na fiscalização e no acompanhamento, e além disso também, deve ter um papel ativo na prevenção.-----

----- A Câmara não pode partir do princípio que não há solos contaminados, principalmente em locais onde a probabilidade é muito grande, tendo em conta que houve atividades poluentes que aí funcionaram. -----

----- Os solos são um recurso precioso e a contaminação deste recurso representa um efetivo perigo, portanto, só a correta descontaminação é a única solução que permite garantir a proteção da saúde pública e do ambiente.-----

----- Para “Os Verdes” é fundamental que a Câmara garanta, não só nesta obra, mas em todas, garanta de início, que são adotadas todas as medidas em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o PDM e o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.-----

----- E aqui, continuamos a entender que a Câmara poderia ter feito mais, e pode fazer mais em futuras obras, antes das obras se iniciarem e não só depois da CCDR lá ir e descobrir que afinal havia solos porque antes a Câmara vai e aparentemente não se passa nada, e recorro que foi isso que precisamente que se passou no Hospital da CUF- Descobertas, na altura o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha nos dito que a Câmara tinha feito várias fiscalizações, várias vistorias e não se tinha descoberto nada, curiosamente passado uns tempos havia solos e havia uma grande quantidade de solos contaminados por hidrocarbonetos.-----

----- E portanto, há aqui também outra situação que esta explicação de que não se

sabia porque não estava sob responsabilidade, aquela zona não estava sob responsabilidade da Autarquia, nós na Audição Pública, em que a Câmara não se fez representar no dia 16 de janeiro, avançamos com uma proposta, que era que a Câmara apresentasse, fizesse uma lista dos locais na cidade onde em tempos funcionaram postos de abastecimento, e portanto, gostávamos que esta proposta viesse a ser aceite, não só aceite mas concretizada pelo Executivo com a maior urgência possível, porque assim evitaria este tipo de justificações que o Executivo constantemente nos dá, que não sabe o que é que se passa na cidade.-----

----- Depois, também não se entende, que sendo bastante claras as recomendações que já saíram desta Assembleia Municipal, por que razão não estão a ser cumpridas e porque razão é que o Executivo continua a não enviar a documentação e a informação relativas às várias operações urbanísticas, em concreto em solos contaminados ou potencialmente contaminados, até que haja a certeza de que estão contaminados, e se sim, evitaria algumas dúvidas e preocupações. -----

----- E realmente se a Câmara desconhece esta e outras situações na cidade, é porque continua a faltar a responsabilidade do Executivo a listagem e o mapeamento dos locais da cidade contaminados ou potencialmente contaminados. -----

----- No encerramento deste debate, “Os Verdes” não podem deixar de referir que é lamentável que três anos depois de ter surgido a polémica sobre as obras do Hospital CUF Descobertas, em que o processo foi muito mal conduzido e houve falhas por parte das várias entidades envolvidas, não só a APA e a CCDR, mas também a Câmara Municipal ainda seja necessário trazer aqui o tema da contaminação dos solos na cidade.-----

----- Não obstante as informações que foram prestadas pelo Senhor Vereador, que agradecemos, agradecemos também que nos possa então responder por escrito ao requerimento sobre este assunto e enviar a documentação que solicitámos, porque este é um assunto que continua a preocupar “Os Verdes” e certamente os cidadãos, e entendemos que esta Assembleia deve acompanhar de perto, para que todos nós estejamos na posse dos devidos esclarecimentos e que a Autarquia possa garantir sem sombras de dúvida, que todos os riscos inerentes à contaminação de solos na cidade são evitados.-----

----- Infelizmente a realidade mostra-nos que, várias obras iniciam sem uma avaliação da contaminação e as análises só são realizadas já com a obra a decorrer, e por isso mesmo consideramos que é inaceitável que tanto a CCDR como a CML permitam estes procedimentos.-----

----- Importa também reforçar que a Capital Verde Europeia deve ser mais do que um galardão e, se há situação que não se coaduna com esta distinção, é o facto de Lisboa ter solos contaminados e não aplicar o princípio da precaução. As populações precisam de confiar e de ter acesso à informação e isso nem sempre acontece, e este é mais um exemplo disso, e aliás, não podemos ignorar que os trabalhadores das empresas de construção trabalham nestas obras sem terem conhecimento de que estão a lidar com solos contaminados.-----

----- Terminamos, reforço a necessidade de a Câmara devia exigir do Governo a

publicação da Lei ProSolos e a constituição de uma comissão técnica para a gestão dos solos contaminados na cidade, assim como deve elaborar e divulgar a lista das obras em locais contaminados.-----

----- Bem sabemos que fica mais caro tratar solos contaminados, mas para “Os Verdes” os interesses económicos não se podem subpor à segurança e à qualidade de vida dos cidadãos, porque quando falamos de solos contaminados falamos sempre de riscos sérios para o ambiente e a saúde pública, e não pode haver qualquer margem para erros ou para facilitismos.-----

----- Obrigada”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Vereador para defesa da honra, com o tempo dado pelo Bloco.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Eu peço desculpa de estar a pedir a palavra, mas, de facto, foi feita aqui uma referência pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, que nos termos em que foi proferida, parece ter lançado uma certa dúvida sobre a credibilidade das ações de fiscalização da Câmara Municipal.-----

----- Importava esclarecer, a não ser que estas ações sejam acompanhadas de equipamento técnico para fazer análises expeditas ao local, e ainda que o sejam, pode acontecer que na fase em que a obra ou na escavação que está a fazer, ainda não se tenha atingido o nível de profundidade onde existam contaminações, ou no local onde é feita a vistoria não existem esses sinais, portanto, podem aparecer os sinais de contaminação dos solos em diferentes partes do local da obra, em diferentes fases e a diferentes profundidades, e o facto de irem sucessivas fiscalizações pode perfeitamente acontecer em várias, não aparecer nenhum indício e depois aparecer mais tarde, esse indício.-----

----- Portanto, não queria deixar este esclarecimento, porque ficou um bocadinho não ar, eu sei que não será sua intenção seguramente, mas dúvidas sobre esse trabalho da fiscalização.-----

----- E um outro aspeto, que queria também esclarecer é que, e porque foi dito várias vezes sobre a não presença da Câmara Municipal na audição pública do dia 16 de janeiro.-----

----- Quer eu, quer o meu Colega Vereador Sá Fernandes, não recebemos nos nossos gabinetes nenhuma informação sobre a ocorrência dessa audição, admito que a Assembleia possa ter enviado isso para a Câmara, e que tinha havido um problema de comunicação interno, o que é facto, é que nós não recebemos nenhuma informação sobre isto, e já tínhamos oportunamente informado o PEV dessa circunstância e, portanto, é um bocadinho desagradável, estarmos sistematicamente a ouvir isso, porque temos imenso interesse neste debate, estamos proactivamente a trabalhar nele e estamos a incorporar todos os estudos que estão a ser desenvolvidos nas melhores práticas de gestão urbanística e na reformulação do PDM futuro, portanto, não

acompanhamos essa ideia que se quer criar que não estamos interessados no assunto. -
----- Muito obrigado.” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado.-----
----- Portanto está encerrado este debate.”-----
----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 2/CM/2020 – CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA OPTIMISTIC PARCEL, S.A. SOBRE OS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, SITOS NA RUA GOMES FREIRE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE: 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----
----- (O Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 2/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante). -----
----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----
----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativo ao Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 2/CM/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante). -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Vamos passar ao ponto seguinte, o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, “Apreciação do Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 2/CM/2020 Constituição de um direito de superfície a favor da Optimistic Parcel, S.A. sobre os imóveis do Município de Lisboa, sitos na Rua Gomes Freire.”-----
----- Portanto, eu pergunto à Câmara se quer apresentar?-----
----- Não quer. -----
----- À Senhora Relatora Ana Gaspar se quer apresentar o Parecer?-----
----- Também não quer.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP.-----
----- Também não quer?-----
----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito boa tarde a todos.-----
----- Na presente Proposta n.º2 de 2020 a Câmara submete à apreciação da AML a constituição do direito de superfície a favor da Optimistic Parcel, sobre os imóveis e respetivo subsolo sitos na Rua Gomes Freire, números, 90 a 94 e 74 B, totalizando as propriedades a transmitir pela Câmara em regime de propriedade plena a uma área de 5.370 metros quadrados.-----

----- Em outubro de 2018, o que sabíamos é que uma parceria entre Domus Concept II e a Bergamot haviam vencido o concurso público para esta concessão no âmbito do Programa Renda Acessível, agora aparece-nos uma denominada empresa Optimistic Parcel, pelo que Senhor Vereador, o primeiro pedido de esclarecimento do PEV reporta-se ao motivo, porque nos surge uma empresa diferente da inicialmente vencedora?-----

----- Depois, o contrato tem por objeto o financiamento de conceção de projeto de construção, reabilitação, conservação e exploração de bens imóveis do Município de Lisboa, esta concessão prevê a criação de 91 novas habitações das quais sessenta e oito serão de renda acessível e as restantes de venda livre, ficando o concessionário com horizonte temporal de 2 anos de construção, mais 28 de exploração, prazo poderá ser prorrogado por mais 10 anos.-----

----- Em segundo lugar, este projeto vai incluir a construção de uma creche e jardim público, mas, de acordo com o caderno de encargos será edificada em logradouro privativo com vedação, pelo que se pergunta se será mesmo de acesso público?-----

----- Quanto ao controlo da execução do contrato, ele será feito por meio de uma assessoria técnica a ser prestada pela SRU, porque argumenta a Câmara, “*elas são os melhores conhecedores das características do contrato e as operações em concreto, podendo fazer uma análise e verificação do seu cumprimento, e são cumpridas as regras aplicáveis das normas urbanísticas ilegais*”.-----

----- Em terceiro lugar, porque necessita a referida monitorização de ser efetuada com recurso, de uma acessória técnica da SRU? Este facto não representa uma diminuição das competências dos Serviços Municipais, tanto na execução de obra como o seu acompanhamento e fiscalização?-----

----- Ainda de acordo com o número 7 da cláusula 10ª do contrato de concessão, o imóvel é transmitido pelo Município em propriedade plena para o concessionário que, de seguida poderá proceder à alienação dos imóveis, ou seja, arrendá-los ou vendê-los em regime livre, assemelhando-se o Programa Renda Acessível aos princípios das parcerias entre os setores público e privado, e daí as anteriores dúvidas do Tribunal de Contas.-----

----- Finalmente, o imóvel que se encontra devoluta pós parte ter sido utilizada como Esquadra da Primeira Divisão da PSP até 2016, compreende um Palacete do Século XIX de 2 pisos de construção em alvenaria de pedra e estrutura de madeira e um terreno atualmente ocupado por um parque de estacionamento explorado pela EMEL com capacidade para 125 lugares, porém, como o atual projeto apenas refere um total de 97 lugares dos quais 69 para o PRA (Programa de Renda Acessível) , mas apenas estimando-se cinco para uso livre, perguntamos se confirma haver uma redução de lugares públicos para uso naquele local.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Pergunto à Câmara se quer dar algum esclarecimento, se faz favor, Senhor

Vereador.”-----
----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----
----- Para prestar então esclarecimentos, ao Senhor Deputado Sobreda Antunes.-----
----- Eu queria esclarecer o seguinte, portanto, o que nós aqui a trazer é uma proposta que está no âmbito daquilo que é a execução já do contrato de concessão da Operação Renda Acessível da Rua Gomes Freire, o facto de aparecer agora uma sociedade que se chama Optimistic Parcel, decorre do próprio Código dos Contratos Públicos.-----
----- As empresas que se apresentam a concursos para atribuição da concessão são os adjudicatários, e no caso havia um consórcio de duas empresas que ganharam concursos.-----
----- Nos termos do Código dos Contratos Públicos essas empresas têm que criar uma sociedade, que é a sociedade concessionária, que é criada nos termos da Lei e que tem como objeto único, e em exclusivo a execução deste contrato, e é com essa sociedade que é o concessionário que o Município celebra o contrato, este é o primeiro esclarecimento.-----
----- Depois, relativamente, ao jardim que está previsto, é um jardim de acesso público, ele poderá no período noturno eventualmente, estar encerrado por razões de segurança, como, aliás, é boa prática em vários jardins nas cidades, que portanto, no período noturno poderem estar encerrados para garantir a segurança e a tranquilidade dos vizinhos.-----
----- Em terceiro lugar, em relação à questão da assessoria técnica da SRU.-----
----- A assessoria técnica da SRU no controle de execução do contrato, não diminuí a monitorização e o controle da Câmara, antes pelo contrário, acrescenta, ou seja as responsabilidades do controlo de execução do contrato é de Município, e que para além das unidades orgânicas, no caso que é a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvido Local, e durante a fase de projeto de obras da Direção Municipal de Urbanismo, acresce um trabalho especializado de verificação de todas as obrigações que emergem do contrato, e essa informação é produzida pela equipa no Núcleo do PRA concessões e que informa a Câmara dessas circunstâncias.-----
----- Em todo o caso a aprovação dos projetos de licenciamento, e de quais quer outras atividades inerentes à execução do contrato e que são responsabilidades da Câmara são executadas pelos serviços da câmara.-----
----- Por fim, em relação à questão do Tribunal de Contas e às dúvidas, sobre isso, Senhor Deputado, já não há dúvidas, foi dado visto do Tribunal de Contas ao contrato de concessão da Gomes Freire e, portanto, essas dúvidas pelos vistos foram consideradas dissipadas pelo Tribunal de Contas e, portanto, vamos executar o contrato nos termos em que ele foi proposto.-----
----- Por fim a sua última questão, é se confirma que há uma diminuição do número de lugares de estacionamento, sim, há! Para dar lugar a cerca de 90 habitações com renda acessível, uma creche e um jardim público é exatamente esse o *trad-off* num terreno que estava com uma utilização temporária como parque de estacionamento, e que para

a cidade, com certeza que o PEV também valoriza que tenha esse *trad-off*. -----

----- Acresce que nos extremos dessa rua existem dois parques de estacionamento, que permitem, digamos acomodar a procura durante o período diurno, e durante o período noturno este parque de estacionamento em taxas de ocupação, normalmente residentes, muito, muito baixas.-----

----- Eram estes os meus esclarecimentos, muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Não há mais ninguém inscrito, vamos passar à votação.”-----

----- Vamos passar à votação **do Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 2/CM/2020**. Votos contra do BE, abstenção do PSD, CDS-PP, PCP, PEV, MPT, PPM e dos Deputados Municipais Independentes Rodrigo Mello Gonçalves e Raul Santos, a favor o PS, PAN e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. **O Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta n.º 2/CM/2020 foi aprovado por maioria.** -----

----- *(O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal. -----*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O MPT fará uma Declaração de Voto escrita.”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“O Grupo Municipal do Partido da Terra, eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da acta da reunião realizada no dia 4 de Fevereiro de 2020 a sua declaração de voto referente à Proposta 002/CM/2020, ponto 1 - Constituição de um direito de superfície a favor da Optimistic Parcel, S.A., sobre os imóveis do Município de Lisboa, sitos na Rua Gomes Freire.-----*

----- *Esta proposta mereceu a Abstenção deste Grupo Municipal, tendo em conta que:*

----- *O Partido da Terra - MPT não se sente confortável com a proposta apresentada, considerando que esta não contempla uma alternativa para os residentes e utentes do parque da EMEL, em funcionamento, que tem uma lotação de 125 lugares.-----*

----- *Tendo em conta que esta proposta trata de uma parceria público-privada, onde a CML cede o prédio para reabilitação e que a empresa vencedora do concurso público “Bergamot, Lda.” passará a ser o senhorio de 68 fogos a rendas acessíveis e de 23 fogos a preço de mercado, não nos parece que esta modalidade promova equidade social, nomeadamente entre inquilinos dos fogos de renda acessível e os restantes.-----*

----- *Por fim, entendemos que o PRA (Programa de renda Acessível) não é solução para a classe média, pois que esta não tem que depender da CML para procurar habitação própria.”-----*

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 931/CM/2019 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA, NA DECORRÊNCIA DA RESOLUÇÃO POR INCUMPRIMENTO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º 9/CML/DD/2013, OUTORGADO EM 30 DE JULHO DE 2013 ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO ESTRELAS DE SÃO JOÃO DE BRITO (ACCDESJB), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA J), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NA ALÍNEA CCC), DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E NO ARTIGO 121.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE- 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (Retirada pela Câmara Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente ao ponto seguinte, ao Ponto 4, esta proposta, portanto, é retirada hoje da Ordem de Trabalhos, não será hoje votada, e portanto, aguardaremos oportunamente mais informações sobre a matéria.”-----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/8ª CP/2020 – CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA ACOMPANHAMENTO DA PREVENÇÃO E MINIMIZAÇÃO DO RISCO E REFORÇO DA RESILIÊNCIA SÍSMICA EM LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 5º E NA ALÍNEA H) DO ART.º 15º, AMBOS DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS.**-----

----- (A Proposta 001/8ª CP/2020 fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, passamos ao Ponto 5, Proposta 001 da 8ª Comissão de 2020, “Criação do grupo de trabalho da Assembleia Municipal de Lisboa para acompanhamento e prevenção e minimização do risco e reforço da resiliência sísmica em Lisboa”. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Está inscrito como Relator o Senhor Deputado Manuel Lage, quer falar?-----

----- Não?!-----

----- Então tem a palavra Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em Geral.-----

----- A questão da resiliência sísmica da cidade é uma questão que o PAN tem tido em mente e nas suas preocupações já desde 2013, fizemos várias propostas para que houvessem melhorias, nesse sentido, quer quanto à preparação das populações e formação das populações, o que é uma matéria que infelizmente, não tem tido desenvolvimentos praticamente nenhuns, e naquilo que era possível relativamente, ao edificado, temos também apoiado todas as medidas que têm sido tomadas no sentido da melhoria do comportamento sísmico do edificado.-----

----- Fizemos propostas que foram aceites para que a reabilitação de edificado para o Programa de Renda Acessível, tivesse sempre análise sísmica e o reforço, adequado em todos esses concursos.-----

----- Posteriormente houve uma análise, fizemos um debate temático e sabemos que está em preparação uma atividade de classificação, de risco sísmico no edificado.-----

----- Foi um programa que a Câmara fez com o Instituto Superior Técnico já há uns anos, mas que nunca chegou a ser implementado e creio que estará em vias de poder ser iniciado na prática, ou seja, temos um conjunto de atividades ligadas com a resiliência sísmica da cidade, seja em relação à população, seja em relação ao edificado, seja em relação à preparação para situações de marmoto, e para que possa ser avaliada a preparação da cidade, as atividades que estão a ser iniciadas, no caso, por exemplo, da classificação, de risco sísmico do edificado, para que isso possa ir avançando de forma controlada e possa ter a fiscalização desta Assembleia foi sugerida a criação em boa altura, a criação deste Grupo de Trabalho de acompanhamento, por todas estas razões, daremos, obviamente, o nosso apoio à criação deste Grupo de Trabalho, e achamos que é uma peça fundamental para que isto possa ir evoluindo no sentido correto.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa e pedimos desculpa do lapso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, é com particular satisfação que venho aqui apresentar e já agora para boa condução da Mesa utilizarei também o tempo em representação do PSD nesta intervenção, e faço com o cuidado de, apesar de ser em condições distintas, julgo que se confundem, tal como se comungou na Comissão relativamente, à conclusão deste trabalho, e dizia eu que é particularmente relevante poder estar aqui hoje a apresentar esta proposta de criação do Grupo de Trabalho na Assembleia Municipal sobre este tema, para o acompanhamento da prevenção e minimização do risco e reforço da resiliência sísmica em Lisboa, o nome é tão comprido quanto a importância do assunto, que vem

na sequência como se recordarão de um debate temático sobre este mesmo assunto, do qual resultaram um conjunto de recomendações que foram aprovadas por unanimidade nesta Assembleia, recomendações elas próprias que já indiciavam a importância e a complexidade do assunto divididas em três áreas: no ordenamento do território, na gestão urbanística e em medidas de autoproteção num total de vinte e seis Recomendações.-----

----- Para além destas Recomendações, foi aprovada também uma proposta no sentido de cometer à 8ª Comissão a responsabilidade de encontrar um modelo para assegurar a monitorização da concretização das referidas recomendações.-----

----- Ora bem, é isso que estamos aqui a fazer hoje, a proposta da 8ª Comissão foi no sentido de criar um Grupo de Trabalho para garantir essa mesma monitorização, e se me permitem um pouco mais até do que isso, o sentido de unanimidade relativamente à importância desta questão, permite afirmar aqui que a Assembleia Municipal quer com isto dar um sinal de compromisso também, com a Câmara Municipal na efetivação de um conjunto de medidas que tardam em ser tomadas.-----

----- São áreas muito distintas no planeamento, no urbanismo, na proteção civil, na mobilidade, na educação, e envolvem diversos Pelouros, diversos serviços, Empresas Municipais, entidades de carácter técnico e científico.-----

----- É programa ambicioso, que significa também elevada responsabilidade.-----

----- Os sismos em Lisboa são uma realidade que nós não conhecemos há muitos anos e isso justifica, eventualmente, o facto de termos perdido a memória das consequências que pode ter um sismo na cidade e, por isso, mesmo nas medidas que devem ser tomadas para minimizar os efeitos adversos de um sismo em Lisboa. -----

----- Lisboa é uma cidade com um elevado risco sísmico, é por isso um problema sério, envolve uma perigosidade elevada, e uma vulnerabilidade também ela elevada em virtude das condições específicas do nosso património construído, do nosso edificado, bem como da utilização que dele fazemos.-----

----- É por isso, tempo de agir e sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa está empenhada em agir.-----

----- Ora o que nós pretendemos fazer é ajudar a Câmara, ajudar desde logo através da nossa obrigação que diz respeito à monitorização que é nossa responsabilidade, mas queremos fazer mais, queremos incentivar a Câmara a prosseguir nesse trabalho, é um trabalho que começa tarde, mas que queremos que tenha um impacto rápido, porque não sabemos quando é que um próximo sismo pode acontecer, sabemos sim que ele é inevitável, sabemos que cada dia que passa mais se aproxima a inevitabilidade da ocorrência de um sismo e o que nós devemos fazer é tudo o que estiver ao nosso alcance para minimizar os efeitos desse sismo, é esse, pois o compromisso deste Grupo de Trabalho que foi criado, representando o empenho unânime desta Assembleia Municipal, e eu estando também a falar em nome do PSD, devo afirmar que é também compromisso e empenho do PSD, comprometer-se com este empenho que deve ser comum.-----

----- Esta é uma matéria que não deve ser objeto de divergência política que é saudável, com certeza, mas esta matéria, é matéria que nos deve unir, unir-nos nos

pressupostos, unir-nos nos objetivos, e é nesse espírito que julgo que todos iremos trabalhar.-----

----- Quero agradecer a todas as forças políticas que comigo trabalharam na construção desta proposta, e atrás na identificação das recomendações a forma empenhada como foi possível trabalhar, demonstrando que em matérias fundamentais para o futuro da cidade e para a segurança dos cidadãos, é possível encontrar aqui uma plataforma muito clara de empenho, de unanimidade, num esforço que vai ser conjunto, e que eu espero que a Câmara Municipal reconheça como incentivo à concretização das medidas que tem em curso.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público, muito boa tarde.-----

----- Não queria deixar de intervir nesta proposta, porque consideramos que este tema da resiliência sísmica, do reforço sísmico da cidade de Lisboa, é uma matéria estratégica e nuclear da cidade, e que muitas vezes não é discutida em profundidade e com a seriedade que deve ter ou pelo menos com a atenção que ela deve ter.-----

----- E é por isso, que nós achamos extremamente importante a criação deste Grupo de Trabalho de acompanhamento do reforço e da dinamização da resiliência sísmica. ----

----- Lembrar que ela advém de um debate temático que foi feito nesta Assembleia Municipal sob proposta do CDS, e daí a importância que nós damos a este tema, obviamente, que é importante discutir com a cidade, como é que o fizemos na Assembleia durante alguns meses, é importante discutir com especialistas, com aqueles que planeiam a cidade e que pensam a cidade, sejam eles do Executivo, sejam os da oposição, mas a verdade é que não podemos fazer como acontece muitas vezes nos debates temáticos, que nós discutimos muito, encontramos muitas vezes soluções, mas, depois elas acabam por ficar esplanadas nas conclusões dos debates, nas recomendações e não são levadas a avante.-----

----- Ainda para mais, em termos como os sismos que pode ser um perigo iminente, mas que não é um perigo imediato, não é algo que nós nos preocupemos todos os dias e, portanto, são daquelas matérias que são vitais numa cidade, e que as pessoas muitas vezes só dão por elas quando elas acontecem.-----

----- E portanto, é importante que haja um Grupo de Trabalho que acompanhe esta matéria, e que esse seja o resultado prático daquilo que foi o trabalho que esta Assembleia fez em particular através do debate temático que aqui teve nesta casa, e é acima de tudo, ter uma atitude de ação, uma atitude pró-ativa, e eu acho que é esse o

compromisso que hoje esta Assembleia Municipal, através deste Grupo de Trabalho de acompanhamento aqui o quer firmar com a Cidade de Lisboa, e com o futuro não só da cidade, mas também de Portugal e das suas populações.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- O Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal de Lisboa, para o Acompanhamento da Prevenção e Minimização do Risco e reforço da Resiliência merece, naturalmente, o apoio da bancada do Partido Socialista, e surge como já aqui ficou muito claro na sequência do debate temático sobre o tema que, aliás, teve como também já ficou expresso um conjunto de recomendações largas, inclusivamente a monitorização das mesmas e da implementação das mesmas por parte da 8ª Comissão.-----

----- O Partido Socialista entende que este Grupo de Trabalho pode e deve ouvir as entidades competentes; a Câmara de Lisboa, o Instituto Superior Técnico, o LNEC e outras que, naturalmente, nos vão dizer, o que está a ser feito e o que não está a ser feito neste âmbito por parte da cidade e por parte do Executivo municipal.-----

----- E é por isso é que o PS não tem nenhum problema em aprovar esta Proposta, e em considerar que ele é de extrema utilidade para a Cidade de Lisboa, aliás, por isso, e aqui ficou expresso e muito bem por parte do Senhor Presidente da Comissão, o Partido Socialista aprovou em sede de Comissão, e hoje, naturalmente, votará favoravelmente, porque temos a certeza que este é um assunto de extrema importância para a cidade e, naturalmente, também para Executivo, e o PS está certo de que este é um assunto que tem sido tratado pelo Município e pelo Executivo do Partido Socialista.-----

----- E portanto, estamos certos de que, ao contrário do que aqui já ficou expresso por algumas forças da oposição, nós temos a certeza de que este tema tem sido tratado, e está a ser tratado e bem tratado por parte do Executivo do PS atualmente na Câmara, isso e este Grupo de Trabalho vão poder finalmente, tirar a limpo ao fim deste tempo em que o assunto tem vindo a ser debatido e, portanto, é nosso entendimento que não só é importante que isto fique de uma vez por todas clarificado, como, naturalmente, votaremos favoravelmente à constituição deste Grupo de Trabalho, porquanto para nós não tardam em ser tomadas medidas, mas talvez sim, tardem em ser publicitadas, a ser esta Câmara esclarecida sobre as medidas que têm vindo a ser tomadas, e sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por parte do Executivo municipal.-----

----- Tem o PS a certeza de que sendo a Assembleia Municipal esclarecida sobre

aquilo que está a ser feito, naturalmente, será benéfico para todos nós e estaremos todos como estivemos em sede de Comissão, unanimemente uns aos lado dos outros na defesa daquilo que é mais importante, isto é a defesa e a segurança dos cidadãos e da Cidade de Lisboa, por isso, naturalmente, o Partido Socialista votará favoravelmente, e apelamos que todos o façam na constituição deste Grupo de Trabalho para a Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto Franco, Independente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- De uma forma telegráfica, só para assinalar que os seis Deputados Municipais que exercem o seu Mandato como Independentes do Movimento Cidadãos por Lisboa, estão envolvidos e empenhados no prosseguimento do debate deste tema no seio da 8ª Comissão, e quando for caso disso, aqui no plenário.-----

----- Apoiamos de forma explícita a criação deste Grupo de Trabalho nos moldes que foram debatidos na 8ª Comissão e que hoje irão aqui, segundo esperamos, ser ratificados, e colaboraremos de forma ativa com o elemento do Grupo de Trabalho que nos moldes previstos, será, portanto, um ou uma Deputada do conjunto dos onze Deputados Municipais Independentes, cuja atividade apoiaremos de forma ativa e a pessoa que nós apoiamos sabe que pode contar connosco, com os contributos técnicos e políticos que forem pertinentes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Eu penso que o Senhor Vereador gostaria também de usar da palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Miguel Gaspar.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Cumprimentar os Senhores Deputados.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa gostava de enaltecer esta iniciativa da Assembleia Municipal, é obviamente, um tema em que nós, desde já nos disponibilizámos para participar, sim, quando a Assembleia Municipal também nos

desafiar exatamente por esse propósito.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa leva a sério o tema daquilo que é a resiliência sísmica da Cidade de Lisboa, quer do ponto de vista daquilo que é o instrumento de gestão urbanística e aquilo que são as iniciativas que nós temos em curso, quer também várias medidas que nós temos na área de autoproteção da Proteção Civil, e da mobilização dos vários agentes da cidade.-----

----- Só para dar alguns exemplos, Senhor Presidente, o Serviço Municipal de Proteção Civil tem uma grande articulação com as Juntas de Freguesia da Cidade, na formação dos agentes locais da Proteção Civil, dos planos locais de segurança, que desenvolvem vários simulacros, nomeadamente, também com as escolas num programa muito dedicado a este assunto do crescer na segurança ou na Casa do Tinoni enfim, há várias iniciativas que se replicam na Cidade, quer naquilo que é a estrutura central da Câmara, naquilo que é os Serviços da Câmara, mas também de uma forma muito descentralizada, e com um grande contributo e com um grande envolvimento das Juntas de Freguesia.-----

----- Esta é uma área que a Câmara Municipal de Lisboa está particularmente atenta, acreditamos que temos um trabalho para mostrar também nesta área e, portanto, é com muito bom grado que vemos esta oportunidade também, de colaborar com Assembleia Municipal, mostrar as melhores práticas daquilo que a Câmara de Lisboa está a fazer neste momento e também com o contributo de todos os Deputados, penso que, num objetivo comum que nos une que é a segurança dos lisboetas e da resiliência da cidade.-----

----- Podemos trabalhar para identificar aquilo que são oportunidades de melhoria, e aquilo que devem ser as prioridades de atuação do Município durante o próximo tempo, sendo certo que a Cidade já cá está há mais de 2000 anos, já viveu mal, diga-se de passagem a terramotos e queremos todos juntos, certamente, tornar a Cidade mais resiliente e nisso estaremos todos unidos.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Não há mais ninguém inscrito, vamos proceder à votação.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 001/8ª CP/2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Teresa Craveiro, Rodrigo Mello Gonçalves, e Raul Santos e Rui Costa. A **Proposta n.º 001/8ª CP/2020** foi aprovada **por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O PCP apresentará uma Declaração de Voto escrita.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*Declaração de voto do Grupo Municipal do PCP sobre a Proposta 001/8ª CP/2020, Constituição do Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal de Lisboa para Acompanhamento da Prevenção e Minimização do Risco e Reforço da Resiliência Sísmica em Lisboa – Inscrita como Ponto n.º 5 da Ordem de Trabalhos da 98ª Reunião – 63ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no dia 04 de Fevereiro de 2020:*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP votou favoravelmente a proposta n.º 001/8ª CP/2020 por não ter intenção de inviabilizar a constituição do grupo de trabalho proposto.*----

----- *Mas, sublinha e chama a atenção para o carácter inaceitável da redacção do 2º parágrafo da parte deliberativa da proposta, que aceita e trata como conjunto o exercício individual do mandato enquanto deputados municipais não inscritos, livremente assumido por cada um dos 11 deputados municipais que actualmente exercem o mandato na qualidade de independentes, desvinculados das listas eleitorais pelas quais foram eleitos.*-----

----- *O processo de escolha de um de entre estes deputados municipais é em si mesmo incompreensível e não pode ter como consequência a representação de um grupo inexistente, ou conjunto como se formula no texto da proposta.*-----

----- *Assim, o Grupo Municipal do Partido Comunista Português ao não ter inviabilizado com um voto contra a proposta da comissão, afirma que tal opção, de modo nenhum, pode ser entendida como sancionamento da opção pela metodologia referente à escolha da representação no grupo de trabalho agora constituído por parte de um deputado municipal independente em representação de um “conjunto” de deputados municipais independentes que não existe e que além disso nos oferece as maiores dúvidas quanto à respectiva legalidade.”*-----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 874/CM/2019 - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA, BEM COMO A RESPECTIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NA ALÍNEA EE) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 14.º DA LEI 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO; GRELHA BASE - 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:**-----

----- (A Proposta 874/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativo à Proposta nº 874/CM/2019 fica anexado à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **RECOMENDACÃO 097/03 (1ª CP).** -----

----- (A Recomendação nº 097/03 da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 874/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a

seguinte intervenção:-----

----- “Vamos ao último ponto da nossa Ordem de Trabalhos que é Proposta 874/CM 2019, que tem uma nova versão, eu não sei se o Senhor Deputado, a Câmara ou Senhor Deputado Relator, quem é que quer dar conhecimento, desse facto, aqui à Assembleia, já foi distribuída mas de qualquer forma, não sei.-----

----- O Senhor Deputado Relator pode?-----

----- Sim, sim, foi de qualquer forma distribuída, mas o Senhor Deputado Relator pode também dar conta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Estamos perante a Proposta 874/CM/2019, esta Proposta já foi distribuída por todos os Senhores Deputados, e sucintamente, como o Senhor Presidente disse e muito bem, ela já foi distribuída por todos os Senhores Deputados.-----

----- Basicamente, eu começaria por dizer que a Proposta trata de uma parte que diz respeito a uma questão que estava constante no orçamento de 2019 e que transitamos para o ano de 2020 e, como tal obrigou a uma correção destes valores e destes números, tendo em conta que transitamos também nós de um ano para outro e não podemos aprovar aqui em Assembleia, este dado.-----

----- Um segundo ponto, tem a ver com alguns erros materiais de que demos conta na Minuta do Contrato, no Ponto 2, Ponto 1, onde consta a cláusula oitava, deve constar a cláusula sétima, e no Ponto 3 num estudo, entretanto, enviado pela Câmara, inclui umas alterações e retificações na parte em que dizem respeito ao mesmo.-----

----- Senhores Deputados, se entenderem, Senhor Presidente, eu gostaria que colocasse à consideração do plenário, se entenderem estas explicações como bastantes, eu dar-me-ia como satisfeito com as mesmas, de outro modo apresentá-las-ia.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu penso que deveria apresentar, para ficar devidamente registado”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Senhor Presidente, vou apresentar uma por uma, assim sendo, as alterações à Proposta apresentadas pela Câmara Municipal.-----

----- Isto é muito burocrático, Senhores Deputados, e está na documentação que os Senhores Deputados têm convosco-----

----- No ponto 1.1 no considerando S, onde consta “*durante o presente mandato, sendo prevista a realização de duas transferências de verbas respeitante aos anos de 2019 e 2020*” deve constar, “*durante o presente mandato, com a conclusão até 31 de dezembro de 2020*”, e na parte deliberativa referente ao Ponto 3, onde consta, “*autorizar a transferência de verba para a Freguesia de Benfica, no montante de quarenta seis mil e quinhentos e vinte euros correspondente à soma do valor dos dois anos execução, dez mil euros no ano 2019, trinta e seis mil e quinhentos e vinte euros*”

no ano de 2020”, deve constar, “autorize a transferência de verba para a Freguesia de Benfica, no montante de quarenta e seis mil e quinhentos e vinte euros, de acordo com o seguinte plano de pagamentos.-----

----- Alínea a) Com a celebração do presente contrato será realizada a transferência do montante de dez mil euros.-----

----- Alínea b) no ano 2020 com a boa conclusão deste contrato será realizada a transferência do restante montante trinta e seis mil e quinhentos e vinte euros.-----

----- **O Ponto 4 é assim eliminado.**-----

----- **E o Ponto 5 passa ao Ponto 4:**-----

----- Com a redação que se segue, que é “a proposta tem enquadramento orçamental, orgânica S16.02, ação do plano E5.P020.03 GABIP’S, rubrica económica 04.05.01.02 do orçamento em vigor.”-----

----- Senhores Deputados, são estas as questões que estão alteradas.-----

----- Senhor Presidente, encontro-me à disposição, para esclarecimentos”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não há ninguém inscrito, portanto, iremos passar à votação.-----

Eu antes disso só queria ainda dizer e chamar a atenção para erros materiais, no Ponto 2, Ponto1, na Minuta do Contrato na parte relativa à identificação do segundo contratante eliminar o primeiro parágrafo, que começa, com a “Junta de Freguesia de Benfica”, incluindo a expressão, “substituir por, onde consta cláusula oitava deve constar cláusula sétima.”-----

----- O estudo entretanto, enviado pela CML incluí as alterações e retificações supramencionadas na parte em que o mesmo dizem respeito.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 874/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos Deputados (as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Teresa Craveiro, Rodrigo Mello Gonçalves, e Raul Santos e Rui Costa. A **Proposta n.º 874/CM/2019** foi aprovada **por unanimidade**. -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho da Sala de Plenário) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhores Deputados, a sessão está encerrada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e vinte minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da

Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro
de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

----- O PRESIDENTE-----